



A miragem de todos os anos

Quando se trata de traçar o cenário futuro, as previsões oficiais são muito promissoras

Todo ano é assim no Brasil. No ano em curso as coisas estão ruins, mas o próximo será uma maravilha, a economia finalmente vai deslanchar, o crescimento reduzirá o desemprego e assim por diante. Quando se trata de traçar o cenário futuro, as previsões oficiais — avalizadas pelo Congresso — sempre são as mais promissoras possíveis. As expectativas positivas se repetem no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), são reafirmadas depois no projeto do Orçamento Geral da União e por último na lei orçamentária. Os números beiram à megalomania no Plano Plurianual (PPA), que a cada quatro anos confirma que o planejamento no setor público brasileiro está longe de existir de fato.

A realidade quase sempre desmente o quadro cor-de-rosa pintado no ano anterior com as tintas da esperança. Uma melhoria aqui, uma piora ali, e o que acontece é a persistência da incerteza, levando o mercado a exigir uma taxa de juro alta. É o que está acontecendo agora em relação a 2006. As estimativas de inflação para os próximos doze meses caíram um pouco, mas as expectativas do mercado para o juro real médio no próximo ano não ficam muito aquém do esperado para 2005. Com juros altos, a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) também não recuaria muito dos atuais 50%; o dólar represado não deve se sustentar por muito tempo e quando subir vai gerar inflação, o que implicará em uma Selic elevada para conter os preços e assim por diante.

O deputado e ex-ministro Antonio Delfim Netto (PP-SP) ilustra essa situação com a seguinte frase: “O Brasil está patinando

há 12 anos porque todos sabem que é mentira que chegaremos um dia a ter equilíbrio”. A necessidade de fazer algo para dissipar a dúvida quanto ao futuro da economia brasileira está no centro dos argumentos utilizados por Delfim em defesa da adoção da meta de déficit nominal zero para as contas do setor público do País. Ele acredita que as incertezas ficarão menores se a Constituição prever que em seis anos a União, estados, municípios e estatais vão economizar, em forma de superávit primário, o suficiente para cobrir os juros de sua dívida. Em consequência, a relação entre a dívida e o PIB cairia para bem menos dos atuais 50%, melhorando de forma concreta o principal indicador da solvência das finanças públicas, impressionando positivamente os investidores.

Este é outro cenário otimista que terá dificuldade para sair do papel, pelo imenso sacrifício exigido em termos de redução drástica de gastos públicos. É bom lembrar que os demais países que adotaram essa meta, como o Chile, tinham uma dívida muito menor que a do Brasil. Resta saber como os três níveis de governo, mais estatais, conseguiriam em alguns anos gerar superávit primário — a economia de receitas em relação às despesas para pagar juros da dívida — suficiente para zerar o déficit nominal, hoje em 3% do PIB. A grosso modo, a primeira coisa que pensamos é que o superávit primário, hoje em 4,25% do PIB, teria de subir para 7,25% do PIB, caso o equilíbrio tivesse de ser obtido de um ano para outro — a proposta prevê um prazo de seis anos.

* Editora de Política da Gazeta Mercantil (llavoratti@gazetamercantil.com.br)